

II CONGRESSO INTERNACIONAL DE LINGUÍSTICA E FILOLOGIA
XX CONGRESSO NACIONAL DE LINGUÍSTICA E FILOLOGIA
O DISCURSO POLÊMICO
DA SUBJETIVAÇÃO DA MULHER NUTRIZ

Criseida Rowena Zambotto de Lima (UFMT)
cris_zambotto@hotmail.com

RESUMO

Por considerar que não há uma conduta materna universal, este trabalho pretende perscrutar a constituição dos efeitos de sentido de verdade, na disputa entre os discursos presentes nos enunciados da matéria “#pobrefazendopobrice: seis erros do post que ridicularizou a amamentação”, publicada no Portal EBC. A reportagem traz discursos de especialistas para desautorizar os enunciados de um *post* publicado no *Facebook*, no qual a enunciativa se posiciona contrariamente ao aleitamento materno. Para esta análise, utilizamo-nos de alguns dos conceitos de Michel Foucault, com destaque para os de verdade, poder e biopoder (2009 e 2012), de modo a compreender o processo pelo qual a matéria aciona a memória discursiva acerca da mulher-mãe-nutriz, produzindo efeitos de verdade/poder nos discursos sobre o aleitamento materno e identidade materna. Não se questionam os benefícios propalados do aleitamento materno, mas como se operam os micropoderes de produção e reprodução da identidade materna via ferramentas de biopoder e como funciona o controle/interdição, via discurso, sobre outras formas de subjetivação. Nesse estudo pudemos observar como o discurso se constitui em um jogo de escolhas com o intuito de construir uma vontade de verdade/poder operada na prática discursiva que conduz o dizer, abrigando uma série de outros discursos. Ao fixar a voz do discurso da resistência aos ditames do discurso hegemônico sobre o aleitamento materno, a reportagem constrói seu posicionamento em relação ao que seja saber e verdade, destituindo o Outro de poder dizer.

1. *A polêmica da amamentação*

As representações sociais sobre a identidade da mulher-mãe são construtos sócio-históricos reforçados por práticas, instituições e discursos resultantes dos efeitos de poder-saber que forjam a subjetividade materna. Tais discursos, socialmente legitimados sobre maternidade, corpo feminino e amamentação, assentam-se em formações discursivas ora de caráter androcêntrico e normativo, ora de caráter feminista e emancipatório acerca de valores e verdades que constituem e definem o que é ser mãe-nutriz para a sociedade ocidental.

Por considerar que não há uma conduta materna universal, este trabalho pretende perscrutar a constituição dos efeitos de sentido de verdade, produto das relações de poder em disputa entre os discursos presentes nos enunciados da matéria “#pobrefazendopobrice: seis erros do *post* que ridicularizou a amamentação”, publicada no Portal EBC. A re-

portagem está localizada na sessão destinada aos “pais” e traz os discursos de especialistas para desautorizar os enunciados de um *post* publicado no *Facebook*, no qual a enunciativa se posiciona contrariamente ao aleitamento materno. No texto analisado, se batem formações discursivas distintas que abrigam discursos que se colocam em relação de contrariedade acerca do que é ser mãe-mulher-nutriz.

A matéria publicada no portal, no mês de novembro de 2015, faz referência a uma postagem realizada no *Facebook*, no final do mês anterior, que teve mais de 12 mil compartilhamentos no intervalo de quatro dias. O *post* trazia uma fotografia de uma mãe, em uma bicicleta, amamentando uma criança ao seio, comentários contrários ao aleitamento materno e à exposição da mulher durante o ato de amamentar.

Para esta análise, utilizamo-nos de alguns dos conceitos de Michel Foucault, com destaque para os de verdade, poder e biopoder, de modo a compreender o processo pelo qual a matéria aciona a memória discursiva acerca da mulher-mãe-nutriz, produzindo efeitos de verdade/poder nos discursos sobre o aleitamento materno e identidade materna. Seguindo os passos desse autor (2012), verificamos como o controle da sociedade se opera no biológico e no corpo enquanto realidade biopolítica, assim sendo, observamos as maneiras pelas quais as práticas discursivas sobre o uso do corpo da mulher-nutriz reforçam o discurso hegemônico autorizado pelo *a priori* de verdade do discurso especializado médico-científico de que o aleitamento materno é da natureza feminina.

Para o debate foram consideradas, também, as contribuições de Philippe Ariès (1981) e de Elisabeth Badinter (1985) acerca das representações históricas da maternidade que remetem ao caráter instintivo e inato das mulheres e colaboram para a solidificação do mito do amor materno. Sob esse mirante, questionamos o modo como a temática acerca da identidade mulher-mãe-nutriz, de cunho íntimo e particular, se constitui em pauta pública no jogo da/pela cidadania.

Destarte, não se questionam os benefícios propalados do aleitamento materno, mas como se operam os micropoderes de produção e reprodução da identidade materna via ferramentas de biopoder e como funciona o controle/interdição sobre outras formas de subjetivação. Assim, o discurso do aleitamento materno como algo natural, instintivo e próprio da demonstração de laços afetivos entre mãe e filho é, também, atravessado por outros discursos, que definem a relação complexa e fluida da constituição das identidades da mulher-mãe-nutriz.

II CONGRESSO INTERNACIONAL DE LINGUÍSTICA E FILOLOGIA XX CONGRESSO NACIONAL DE LINGUÍSTICA E FILOLOGIA

Segundo a compreensão foucaultiana, as instâncias midiáticas, utilizando-se do aparato disciplinador, acabam por regular as ações individuais exercendo controle sobre o que se pode dizer, de modo que desenvolve um comportamento de aceitação e submissão a certas formas de poder regentes. Muito do que se pode dizer acerca da amamentação está ancorado em um regime de enunciação sobre a maternidade que nem sempre esteve em vigor. Apesar de a ciência ocupar uma posição privilegiada de efeito de verdade, na detenção, distribuição e circulação do saber/poder, o conhecimento científico nem sempre teve posição epistemológica hegemônica. Segundo Michel Foucault, no século XIX há uma vontade de verdade que não coincide com a vontade de saber característica da cultura clássica. (FOUCAULT, 2014, p. 15)

A aparição de novas formas de verdade, especificamente relacionadas ao papel de mãe, teve sua emergência em condições sócio-históricas específicas que orientaram a vontade de saber como resultado de esforços do Estado e da sociedade médico-higienista em construir um discurso de prestígio e, conseqüentemente, de poder para disciplinar o corpo social. Dessa forma, o discurso médico-científico é o que tem assumido o estatuto de *a priori* de verdade/poder, como destacado por Michel Foucault em *Microfísica do Poder* (1979).

A prática discursiva de difusão desse saber, em detrimento dos desejos ou saberes do senso-comum, é enunciada por meio de estratégias que buscam a consolidação de sua posição de verdade e permitem controlar e disciplinar os corpos em nome do “bem comum”. Assim, sempre que se fala sobre vida, saúde, bem-estar, comportamento e alimentação, os mecanismos do biopoder fazem funcionar o controle na produção desses discursos, operado por meio de estratégias biopolíticas que gerem a vida, o nascimento, a família, a saúde e a morte. (FOUCAULT, 2012)

2. *A invenção da maternagem*³⁵

A maternidade não é um conceito universal, tampouco homogêneo. Ser mãe, aos moldes da contemporaneidade, é um construto sócio-

³⁵ Para Donald Woods Winnicot (1971), “é a forma da mãe cuidar de seu bebê de maneira boa e protetora. São os bons cuidados que incluem o amparo às necessidades fisiológicas, e todo o investimento de desejo, de amor e de aconchego” (*apud* DUVIDOVICH & WINTER, 2004, p. 38). Utilizaremos no decorrer do texto a expressão maternidade para tratar da relação estabelecida entre mãe-nutriz e bebê nesse mesmo sentido.

histórico marcado por um conjunto de influências culturais, econômicas e políticas que afetam a subjetivação da família, da mulher e da criança. Essa identidade é vivenciada por meio de práticas que demarcam posições que os sujeitos ocupam, ou deveriam ocupar, segundo a circulação dos discursos revestidos pelo *status* de verdade incontestável.

No final do século XVIII, o Estado começa a demonstrar preocupação com a população no sentido de garantir sua longevidade, produtividade e saúde, uma vez que esses fatores influenciavam na manutenção da riqueza e segurança da nação, por meio do poderio militar. Segundo Michel Foucault, o governo, por meio de estratégias disciplinares passa, então, a agir diretamente sob os corpos dos indivíduos e suas formas de se relacionar, instaurando mecanismos de biopoder através de campanhas que agem diretamente sobre eles, com foco em prolongar existência humana. De forma gerencial, age sobre a vida, aumentando a sobrevida, as taxas de natalidade e, conseqüentemente, a produtividade.

Para Michel Foucault (2012), a política médica, à época, funcionava por parâmetros que visavam evitar a mortalidade e o desperdício de forças que poderiam ser utilizadas para consolidar e aumentar o potencial da nação. Em consonância com essa política, a família passou a ser alvo da organização e controle do Estado, instaurando-se a preocupação com a “conservação” das crianças. Por conseqüência, a natalidade constitui-se em um importante fator de gestão desse sistema, para tanto, fez-se necessário a modificação das relações entre pais e filhos, especificamente entre mãe e bebê. Outra importante instituição que contribuiu para esse projeto foi a igreja que se apropriou do discurso higienista vigente para imputar à família (aos seus moldes) a responsabilidade pelo desenvolvimento humano. A família torna-se um valor social, célula base do Estado nessa missão.

A partir do dispositivo família seria, então, possível solucionar o problema da conservação dos corpos e ao mesmo tempo operar um controle disciplinador potencializando a aliança Estado-medicina no exercício do poder. Por conseguinte, a valorização da maternidade se torna uma forma segura, viável e barata de garantir que as crianças sobrevivam e tornem-se força de trabalho.

Sob essa configuração, ainda no final do século XIII, há a necessidade de lançar mão de muitos argumentos com a finalidade de “convocar” a mulher-mãe para sua atividade "instintiva". Será preciso apelar ao seu senso de dever, culpá-la e até ameaçá-la para reconduzi-la à sua fun-

II CONGRESSO INTERNACIONAL DE LINGUÍSTICA E FILOLOGIA XX CONGRESSO NACIONAL DE LINGUÍSTICA E FILOLOGIA

ção nutritícia, dita natural e espontânea (BADINTER, 1985, p. 144). Segundo a autora, três tipos de discursos evocam esse dever da maternidade. O primeiro discurso de ordem econômico demográfico, o segundo filosófico e o terceiro discurso de ordem moral. Assim, construíam-se os artifícios necessários à manutenção da vida para a força produtiva; alterava-se, via discurso da igualdade, o lugar da mãe e da criança na sociedade, dando à primeira a autoridade sobre os filhos e, por último, instituíam a disciplina sobre o corpo e sexualidade feminina, instaurando o modelo vocacional da maternidade e da relação mãe-bebê como dever moral.

3. *“Mamas são dadas à mulher para que amamente”³⁶: a naturalização do aleitamento materno*

Do mesmo modo que a criança nem sempre fora considerada em sua singularidade, não eram comuns, as práticas hoje “naturalizadas” de demonstração de afetividade entre pais e filhos, sequer o aleitamento materno se constituía em uma obrigação da mãe. Philippe Ariès (1981) relata que logo após o nascimento o recém-nascido era confiado a uma ama de leite que o levava para longe da casa da família de origem, e lá permanecia durante os primeiros anos de vida, e se sobrevivesse era realocado no seio da sua família biológica.

Além de questões estéticas vinculadas à amamentação, relacionadas à ideia de que o ato de amamentar deixaria os seios flácidos, havia também questões da ordem da sexualidade que colaboravam para que a mulher não estabelecesse os cuidados hoje destinados ao seu papel de mãe. A crença era que o ato sexual poderia corromper o leite (ALMEIDA, 1999, p. 34). Por essa, e outras razões, o aleitamento materno era terminantemente desaconselhado, estimulando-se o aleitamento mercenário, realizado pelas amas de leite. (BADINTER, 1985)

Elisabeth Badinter afirma que “em nome do bom-tom, declarou-se a amamentação ridícula e repugnante”, conforme se verifica nas correspondências e livros de memórias da época. Nessa perspectiva, a tarefa de amamentar não era considerada “nobre” o bastante para uma dama superior: “não ficava bem tirar o seio a cada instante para alimentar o bebê. Além de dar uma imagem animalizada da mulher 'vacaleiteira', é um gesto despuadorado” (BADINTER, 1985, p. 97). Esses discursos do pudor

³⁶ Essa verdade é insistentemente trabalhada no final do século XVIII e todo XIX, segundo Elisabeth Badinter (1985).

fortaleciam a recusa em amamentar e tornavam o ato próprio da vida privada entre mãe e filho. “Se a mãe amamentasse, devia esconder-se para isso, o que interrompia por um longo período a sua vida social e a de seu marido”. (BADINTER, 1985, p. 97)

O costume da aristocracia e da burguesia emergente de entregar seus recém-nascidos aos cuidados das amas, acabou por criar uma espécie de circuito que fazia com que as crianças nascessem umas após as outras. A tradição médica e popular fortalecia o discurso sobre a impossibilidade de amamentar e manter relações sexuais, uma vez que o aleitamento era tido como “antídoto contra o amor” (BADINTER, 1985, p. 97). Então as mulheres, sobretudo as ricas, para poderem manter maridos e desfrutar da vida social, enviavam seus filhos às amas de leite. Essa prática era generalizada e, segundo Elisabeth Badinter, acabou por criar uma verdadeira indústria de amas mercenárias. (BADINTER, 1985, p. 231)

A sobrevivência das crianças se dava às custas das camponesas, mulheres pobres, que encontravam nesse contexto a possibilidade de garantir sua subsistência. Porém, não havia nenhum meio de verificar como a criança estava sendo criada, nem mesmo se a criança estava viva ou morta. A autora ainda descreve que os documentos da época revelam que as crianças “morriam como moscas”. (BADINTER, 1985, p. 87)

A preocupação com essas mortes só se deu quando associadas a perda de força produtiva (final do século XVIII), a partir de então, essa compreensão acerca da morte das crianças mobilizou ideólogos e médicos a denunciarem o estado da arte em prol da segurança do Estado. Moralistas e administradores, também se puseram em campo e expuseram seus argumentos para persuadir as mulheres-mães a retomar seus “melhores sentimentos” e a “dar novamente o seio”.

Jean-Jacques Rousseau, em *Emílio*, criticava a forma como as mães lidavam com a maternidade, a ponto de culpá-las pelo despovoamento da Europa devido ao fato, segundo ele, de que “já não queriam cumprir seu dever”, recomendava, veementemente, que as mães passassem a amamentar e criar seus filhos. Segundo Elisabeth Badinter (1985) foi a partir dessa publicação que se fortaleceu o discurso da obrigatoriedade do amor materno, como vocação natural instintiva de ser mãe, estabelecendo-se, então, a forte ligação entre maternidade e moralidade.

O sistema das amas de leite prospera até fins do século XIX. Depois disso, o aleitamento artificial, substituirá a amamentação mercenária

II CONGRESSO INTERNACIONAL DE LINGUÍSTICA E FILOLOGIA XX CONGRESSO NACIONAL DE LINGUÍSTICA E FILOLOGIA

(BADINTER, 1985, p. 234), mas os discursos sobre a maternidade e o aleitamento materno ainda se constituem em polêmicos por representarem formas de subjetivação que não se encaixam em padrões hegemônicos.

A ideia de que alimentar o bebê com o próprio leite é um ato natural prossegue e ganha força discursiva, por intermédio de uma verdade pautada no discurso biológico que convoca a genitora a adotar tal prática. Nos discursos médicos, o exercício da amamentação é constantemente reforçado e ancorado em outros discursos que dão à mãe a incumbência de exercer práticas maternas ligadas ao aleitamento materno como questão de responsabilidade social/moral e prova de amor para com seu filho.

O discurso sobre o aleitamento materno envolve relações de poder, de subjetivação da identidade feminina materna. Essa nova realidade, fundada sobre o conhecimento do “sujeito-espécie”, a partir do século XIX, faz nascer um saber que buscava incessantemente impor uma norma totalizadora que transforma o indivíduo em objeto da medicina e tinha por fim garantir corpos saudáveis e capazes de servir aos interesses do Estado.

Hoje, uma série de especialistas da área da saúde em conjunto com a mídia são vistos como agentes autorizados para proferir verdades/saberes sobre o tema, lançando modos adequados de se portar como mãe. As campanhas de amamentação articulam-se a leis, cultura e saberes científicos funcionando como dispositivo pedagógico de um comportamento social universal das mulheres, cuja expressão máxima da maternidade está vinculada ao aleitamento materno.

Apesar de toda empreita em nome da subjetivação mãe-nutriz, ainda encontramos o eco dos discursos anteriores a essa jornada de interdição e controle biopolítica sobre os corpos das mulheres, como podemos observar no *post* que gerou a polêmica aqui tratada. A mulher responsável pelos comentários aciona a memória discursiva da amamentação no seio relacionada à pobreza, como podemos verificar nos seguintes enunciados: “vai em um bairro nobre ou em um restaurante fino pra ver se encontra mulher com peito pra fora?!”, “agora quem tem dinheiro não segue esse incentivo”. Ainda próximos aos sentidos atribuídos à amamentação nos discursos proferidos no século XVIII, verificamos que seu gesto de leitura sobre o ato de amamentar é vinculado à animalização: “coitadas das pobres virarem vacas leiteiras”.

Outro discurso que ressoa no *post* é o do pudor: “no mínimo colocam uma fraldinha pra tapar o peito” ou “não é necessário ficar amamentando a qlq momento e em qlq lugar não! ”. Esses enunciados mostram a posição de sujeito mulher-mãe adotada em relação à questão da naturalização do aleitamento materno, porém, ao mesmo tempo que não aceita o papel de nutriz como natural, seus enunciados são atravessados por discursos normativos que acionam o controle sobre a exposição do corpo feminino. Por apresentar posição divergente ao que pode e deve ser dito sobre a amamentação atualmente é que essa postagem provocou os inúmeros compartilhamentos e ativou a interdição por meio de estratégias de saber/poder operadas por outras mães³⁷ e por diversas mídias nacionais a partir do lugar-poder que ocupam ao enunciar.

4. O jogo dos seis erros

A análise arqueológica configura-se na descrição da “dispersão” de enunciados em funcionamento para descobrir as regras de formação e as condições de existência de um discurso. Michel Foucault define discurso como o “conjunto de enunciados que se apoia em um mesmo sistema de formação” (FOUCAULT, 2008, p. 122). Considerando esse pressuposto, realizamos o recorte de enunciados da matéria, nos quais o sujeito enunciatador se posiciona em relação ao aleitamento materno, constituindo o que aqui denominamos o discurso da amamentação.

Para entender o funcionamento dos efeitos de sentidos que emergem no discurso da matéria, há a necessidade de entender de que maneira o enunciatador se posiciona em relação ao “o que” e “como” dizer sobre o aleitamento. Logo, foi necessário recorrermos ao conceito de formação discursiva, que segundo Michel Foucault (2008, p. 82), configura-se em um sistema de dispersão e regularidade dos enunciados que determina um conjunto de regras sobre que pode e deve ser dito em uma determinada conjuntura, sob determinado posicionamento.

Em função desse sistema, instaura-se a possibilidade de relações de um discurso com os demais, como no caso observado, oportunizando o movimento da dispersão para a regularidade. Essa regularidade não significa homogeneidade, pois o discurso reproduz a heterogeneidade própria da formação discursiva da qual procede, sendo, dessa maneira,

³⁷ Em resposta à publicação do *post*, mães de vários estados do Brasil realizaram *mamaços* (amamentação pública ou postagens de imagens do ato do aleitamento materno).

II CONGRESSO INTERNACIONAL DE LINGÜÍSTICA E FILOLOGIA XX CONGRESSO NACIONAL DE LINGÜÍSTICA E FILOLOGIA

sempre constituído e atravessado por uma série de outros discursos. No *post* observamos, por exemplo um discurso ora feminista, de emancipação, ora machista, tradicional, principalmente ao que se refere ao corpo feminino e ao status social da mulher.

Sob essa ótica Dominique Maingueneau considera a primazia do interdiscurso sobre o discurso. Segundo o autor, falar em primado do interdiscurso é pensar em um “sistema no qual a definição da rede semântica que circunscribe a especificidade de um discurso coincide com a definição das relações desse discurso com o seu Outro” (MAINGUENEAU, 1997, p. 38). Desse modo, o discurso é produto do interdiscurso, da memória discursiva, pois enunciar implica em repetir, lembrar, silenciar, negar de acordo com as regras sob as quais o sujeito se posiciona no espaço de trocas entre discursos.

Ancorados nesse viés, observamos o modo de interagir do enunciador da matéria em relação à enunciativa do *post*: sempre a introduz sob seu fechamento, traduzindo os enunciados da “universitária” na categoria do mesmo, sob a forma de simulacro³⁸. O posicionamento discursivo do enunciador do site sacrifica o discurso da universitária para construir sua identidade. Assim, produz enunciados condizentes com as regras de sua formação discursiva e não compreende o Outro, relegando-o ao espaço do não-dizível, do erro e do equívoco: “argumentos [...] permeados de preconceitos e mitos”, “já a mamadeira, citada [...] pode provocar prejuízo”.

Desse modo, o discurso da reportagem assume o caráter da cientificidade, para criar o efeito de verdade, de poder sobre o saber, traduzindo os gestos de interpretação do discurso da postagem como negativo, incompatível com suas verdades, de maneira que tudo o que foi dito pela autora do *post* seja considerado como fora da ciência, da verdade.

Essa disputa pelo poder, na reportagem, é materializada no próprio título da chamada. O enunciador faz uso do substantivo “erros” para incluir o discurso da postagem na categoria do falível: “#pobrefazendo-pobrice: seis *erros* do post que ridicularizou a amamentação” (grifo nosso). A enunciativa do *post* é caracterizada como “a universitária”, adjetivo que aciona uma memória discursiva associada ao fato de “não estar autorizada a dizer sobre”, pois, devido ainda estar em formação, descre-

³⁸ Para Dominique Maingueneau, seria uma tradução do Outro, alimentada “por um universo semântico incompatível”. (MAINGUENEAU, 2008, p. 108)

dita seu saber e seu poder de falar sobre. Poderia ter sido identificada como mãe, mas esse silenciamento a que é posta revela a interdição operada sobre o discurso da mulher-mãe que resiste aos moldes determinados pela biopolítica de controle do corpo. A lexia posiciona a enunciadora numa relação de desigualdade sobre o seu saber em relação à autoridade do discurso especializado invocado pela matéria.

De acordo com Patrick Charaudeau, “informar é possuir um saber que o outro ignora, ter a aptidão que permite transmiti-lo a esse outro, ser legitimado nessa transmissão” (CHARAUDEAU, 2006, p. 63). Sob essa perspectiva, podemos observar a maneira pela qual esse discurso de poder dizer o saber se materializa *no lead*: “Listamos seis erros conceituais do texto da universitária, com base em pesquisas sobre a amamentação e na opinião de especialistas”.

Interessante destacar que o processo de citação do discurso do Outro sempre emerge da relação polêmica. O enunciador menciona o discurso do *post* para o situar na categoria do falso, do mítico. Para Dominique Maingueneau (2008, p. 110), polemizar é “sobretudo, apanhar publicamente em erro, colocar o adversário em situação de infração”, dessa forma, o enunciador da matéria destaca Os seis “enunciados-erros” que, enumerados no corpo do texto, são seguidos de discursos que desautorizam seu dizer.

A posição ocupada pelo enunciador do portal ganha tom professoral, ao analisar o *post* e “listar” “erros conceituais” que são enumerados e corrigidos pontualmente.

POBRE FAZENDO POBRICE! Vai em um bairro nobre, ou em um restaurante fino pra vc ver se encontra mulher com o peito pra fora?! Kkkkkkkkk! JAMAIS! Elas levam mamadeira! Como eu fazia! Ou no mínimo colocam uma fraldinha pra tapar o peito! Isso se chama BOM SENSO!

Essa ridícula aí ta querendo aparecer!

E outra, depois dos 6 meses a criança já começa a comer outros tipos de alimentos e não é necessário ficar amamentando a qualquer momento e em qualquer lugar não!

Essa história de amamentação é um programa de incentivo do governo pra fazer as coitadas das pobres virarem umas vacas leiteiras e ficar amamentando até 2 anos de idade! Economia pro governo! Imagina se toda a pobraia-da que se empenca de filhos resolvessem dar NAN (mamadeira) para toda a sua penca? O governo tava lascado! Eles incentivam amamentação e cada uma que se vire com os peitos mesmo...

II CONGRESSO INTERNACIONAL DE LINGUÍSTICA E FILOLOGIA XX CONGRESSO NACIONAL DE LINGUÍSTICA E FILOLOGIA

Agora, quem tem dinheiro não segue esse incentivo... Eu nunca amamentei meu filho e ele é lindo e saudável! O NAN hoje em dia é completamente igual ao leite materno em questão de nutrição!

Hoje em dia não tem mais necessidade de amamentar dessa maneira! O mundo tá evoluindo gente! Só que custa muito caro! Mas eu optei por isso... A criança mama com muito mais facilidade, fica mais tranquila, dorme melhor, não tem dor de barriga e você leva a mamadeira pra qualquer lugar e não passa vergonha com o peito de fora...

Por meio da seleção lexical, descrições, comparações ou retomada de discursos de autoridade, confronta o saber produzido pela universitária, interpretando-o como erro, mito, desconhecimento. Por verdade, Michel Foucault entende o “conjunto das regras segundo as quais se distingue o verdadeiro do falso e se atribui, ao verdadeiro, efeitos específicos de poder”. (FOUCAULT, 2012, p. 13)

O discurso para ser considerado verdadeiro se impõe sobre outro por meio de uma ordem, de modo que o que está em jogo é o exercício do poder: preservar ou abolir saberes, pois, tal qual afirma Michel Foucault: “o discurso não é simplesmente aquilo que traduz as lutas ou os sistemas de dominação, mas aquilo porque, pelo que se luta, o poder do qual nós queremos apoderar”. (FOUCAULT, 2014, p. 10)

Nesse sentido, compreendemos como o discurso se constitui em um jogo de escolhas com o intuito de construir uma vontade de verdade/poder operada na prática discursiva que conduz o dizer, abrigando sempre uma série de outros discursos, sendo atravessado e constituído por eles. Ao fixar a voz do discurso da resistência aos ditames do discurso hegemônico do aleitamento materno, a reportagem constrói seu posicionamento em relação ao que seja saber e verdade, destituindo o Outro de poder dizer. O tempo todo a matéria promove o discurso da garantia do aleitamento materno e seu estímulo. As lexias “garantir”, “estimular” e “incentivar” aparecem no texto operando o exercício do controle, definindo ações a serem tomadas por todos.

A fim de criar o efeito de verdade em seu discurso, o enunciador da matéria reforça seu poder de dizer ao se ancorar em argumentos de autoridade, cuja força reside na credibilidade “das pesquisas de organizações reconhecidas internacionalmente e especialistas em nutrição infantil”, no que dizem a “Sociedade Brasileira de Pediatria”, a “Organização Mundial de Saúde”, “Ministério da Saúde” dentre outros discursos de psicólogos e nutricionistas. Desse modo, seu dito é incontestável: o que é

descrito tem efeito de verdade porque quem o fez tem autoridade para fazê-lo, está assentado no campo da ciência, representam o saber.

Enquanto algumas das informações vêm vinculadas a nomes próprios e instituições de pesquisa, tais quais as descritas acima, outras simplesmente estão lá, como se houvesse um *a priori* que permitisse sua presença sem alguma autoridade externa se responsabilizando por elas: “com base em pesquisas”, “na opinião de especialistas”, “estudos mostram”, “diante dos inúmeros benefícios da amamentação”, “prova disso”.

Além dos discursos de autoridade científica, o enunciador da matéria se apoia em outros discursos de poder, como, por exemplo, quando cita a fala do diretor-geral da Organização Internacional do Trabalho (OIT) e da presidenta Dilma Rousseff sobre a questão econômica e nacional da amamentação. O primeiro afirma fazer “sentido econômico garantir que as mães disponham de tempo e espaço para amamentação dos filhos no emprego” e a segunda, retoma o já-dito acerca de as crianças mais bem cuidadas e amamentadas serem “mais capazes de bem conduzir o nosso país no futuro”.

A “opção” por não amamentar ao seio é autorizada diante da impossibilidade atestada por um poder: “salvo sob indicação expressa de médico ou nutricionista”. Em todo o caso, a postura da reportagem é afirmar que se as mães não amamentam, isso se deve às “barreiras culturais”, não científicas, não esclarecidas, que as levam a se sentirem “inseguras nesse papel”.

Em todo o corpo da matéria aparecem *hiperlinks* que direcionam a outras matérias, já publicadas pelo portal EBC, acerca da amamentação, sua questão nutricional e legal. Retoma, por exemplo, a decisão judicial da prefeitura de São Paulo, “que estabeleceu multa aos estabelecimentos que proibirem ou causarem constrangimento à amamentação”. A matéria aciona o discurso hegemônico de ser mãe-nutriz, ancorado nessas estratégias.

A questão do aleitamento e do seio feminino à mostra enfrentam-se e complementam-se quando se trata da subjetivação da mulher-mãe. A biopolítica opera sob formas de controle específicas que se batem em algumas práticas.

Os exemplos destacados ao longo deste texto, possibilitam perceber a maneira pela qual o jogo discursivo põe em evidência a luta pelo poder enunciar e conseguir criar efeitos de verdade sobre esse campo do

II CONGRESSO INTERNACIONAL DE LINGÜÍSTICA E FILOLOGIA
XX CONGRESSO NACIONAL DE LINGÜÍSTICA E FILOLOGIA

saber. Há um embate em torno do estatuto da verdade, e o discurso da reportagem se posiciona como a detentora da única verdade que pode circular e, para tanto, constrói seu discurso polemizando com o Outro.

5. Considerações finais

Este trabalho teve por finalidade observar como operam alguns dos conceitos de Michel Foucault no discurso polêmico sobre amamentação vinculado no portal EBC. Considerando o fato de que o poder não funciona apenas como pressão coercitiva que obriga ou proíbe aos que não o tem, mas como um conjunto de rituais que levaram ao direito privilegiado de poder dizer em determinados campos do saber (FOUCAULT, 2012), observamos que o discurso da matéria centraliza a verdade utilizando-se do poder da instituição midiática que a suporta.

Por meio de um controle dos regimes de enunciação, o enunciador da matéria ocupa um lugar privilegiado ao falar sobre o aleitamento materno, pois está ancorado em um regime intimamente ligado à vontade de verdade: o da ciência e da mídia que a divulga.

A partir da análise da matéria foi possível observar a maneira pela qual as práticas discursivas atuam como aparelho que constituem e organizam os sujeitos e estão ligadas a uma vontade de verdade que oprime e controla. Nesse sentido, faz-se necessário refletir acerca da força desses discursos de modo a compreender o dispositivo da maternidade de modo heterogêneo, como diria Michel Foucault (2000), que engloba discursos, instituições, organizações arquitetônicas, decisões regulamentares, leis, medidas administrativas, enunciados científicos, proposições filosóficas, morais, filantrópicas.

Os enunciados do *post* e da matéria se batem em relação polêmica porque provêm de formações discursivas distintas acerca da identidade de mulher-mãe. É possível observar que, por meio da materialidade linguística, os enunciados produzidos na matéria reatualizam o discurso da ciência, o controle operado pelas biopolíticas sobre os corpos e subjetivações e interdita quaisquer outros enunciados que não carreguem os sentidos hegemônicos da maternidade.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, João Aprígio Guerra de. *Amamentação: um híbrido natureza-cultura*. Rio de Janeiro: Fiocruz, 1999.

ARIÈS, Philippe. *História social da criança e da família*. 2. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

BADINTER, Elisabeth. *Um amor conquistado: o mito do amor materno*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985. Disponível em: <<http://groupsbeta.google.com/group/digitalsource>>. Acesso em: 19-04-2016.

CHARAUDEAU, Patrick. *Discurso das mídias*. Trad.: Ângela S. M. Corrêa. São Paulo: Contexto, 2006.

DUVIDOVICH, Ernesto; WINTER, Themis Regina. (Orgs.). *Maternagem: uma intervenção preventiva em saúde: abordagem psicossomática*. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2004.

FOUCAULT, Michel. *Arqueologia do saber*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008.

_____. *Microfísica do poder*. Rio de Janeiro: Graal, 2012.

_____. *Vigiar e punir*. Trad.: Raquel Ramallete. 13. ed. Petrópolis: Vozes, 2009.

_____. *A ordem do discurso*. São Paulo: Loyola, 2014.

FRANZIN, Adriana. *#pobrefazendopobrice: seis erros do post que ridicularizou a amamentação*. Portal EBC. Disponível em: <<http://www.ebc.com.br/infantil/para-pais/2015/11/pobrefazendopobrice-sete-erros-do-discuso-que-ridicularizou-amamentacao>>. Acesso em: 19-04-2016.

MAINGUENEAU, Dominique. *Novas tendências em análise do discurso*. 3. ed. Campinas: Pontes/Unicamp, 1997.

_____. *Gênese dos discursos*. São Paulo: Parábola, 2008.